

A CONVERGÊNCIA ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS INOVADORES E A SUSTENTABILIDADE DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS¹

Mestrando (Una) Adriano Vilhena Lis e Silva; Doutora (UFMG) Ediméia Maria Ribeiro de Mello; Centro Universitário Una.
adriano.vilhena@yahoo.com; profa.edimeiamaria@gmail.com
GT6: Agricultura familiar, solidariedade e agroecologia

RESUMO: Apresenta-se uma reflexão conceitual sobre a sustentabilidade de pequenos produtores agrícolas vinculados à economia solidária. Movimentos sociais que envolvem a economia solidária, a soberania alimentar, o *Slow Food* e a agroecologia complementam-se e oferecem oportunidades aos pequenos produtores agrícolas, contribuindo para a sustentabilidade de seus empreendimentos. A defesa desse argumento é feita por meio de uma análise conceitual, fundada em pesquisa bibliográfica. Conclui que os pequenos produtores asseguram sua sustentabilidade organizados solidariamente em rede e ao fornecer para as demandas dos movimentos, transformando-se em agentes do desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Agricultura de pequeno porte. Economia Solidaria em Rede. Movimentos Sociais. Inovações sociais. Desenvolvimento Local.

1 Introdução

Ideologias, pensamentos afins, culturas alimentares e movimentos sociais são agregadores, ao reunir e congregar pessoas ou grupos que têm alguma convergência. Ao aprofundar nas questões alimentares e nas preocupações do Movimento *Slow Food*, por exemplo, percebe-se similaridades de pensamentos e elementos conceituais fronteiriços com a agroecologia, a economia solidária, e essa, por sua vez, faz elo com a teoria dos sistemas de rede, que ajuda a explicar a sua sustentabilidade e a amplitude do movimento *Slow Food*.

A rede, portanto, pode ser vista e analisada dentro de, ao menos, duas temáticas diferentes, ou seja, a própria rede e suas particularidades e o sistema de economia solidária. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a gestão social, presença marcante nas práticas da economia solidária, e os impactos esperados nos sujeitos envolvidos e em suas realidades locais, são abordados no âmbito da transformação social e do desenvolvimento local.

O objetivo desse ensaio é realizar uma análise conceitual de movimentos contra hegemônicos com potencial de contribuir para a sustentabilidade de práticas produtivas que contribuam para uma cadeia alimentar mais inteligente, melhor organizada, saudável e amigável com o meio ambiente. Questões ligadas aos pequenos produtores, às produções

¹ Esse artigo é uma derivação da pesquisa bibliográfica, capítulo da dissertação de Adriano Vilhena Lis e Silva (2018).

artesanal e às produções agroecológica e orgânica de alimentos são tratadas aqui, bem como, os Movimentos *Slow Food* e Campesino, para demonstrar seu potencial de favorecer a sustentabilidade de um setor produtivo, organizado no formato da economia a solidaria em rede, transformando os produtores em agentes do desenvolvimento local.

2 *Slow Food*: a nova demanda no mercado alimentício e a valorização da agricultura de pequeno porte

Escolhas alimentares baseadas em propostas éticas, como o vegetarianismo e o veganismo, por exemplo, são uma reação à exploração e o tratamento cruel dos animais, à degradação ambiental e à mudança de paradigma, decorrente da condição de um mundo cada vez mais globalizado e de ritmo alucinantemente acelerado. É nesse contexto que os movimentos que discutem aspectos ligados à comida e suas particularidades, como o *Slow Food*, demonstram novas atitudes na relação do homem contemporâneo com a comida (TRIGUEIRO, 2013; PETRINI 2015, PETRINI 2009).

Segundo Petrini (2009, p.7), “a história da humanidade está intrinsecamente ligada à forma como o homem se relaciona com os alimentos”. As diferentes escolhas e vertentes existentes no panorama da alimentação indicam novos tempos e a diversidade de pensamentos se traduzem em novas demandas para o mercado alimentar.

Outra forte demanda atual decorre da preferência dos consumidores pelos produtos orgânicos, ou seja, produtos de elevada qualidade nutricional, produzidos por meio de técnicas naturais, sem a utilização de agrotóxicos e aditivos químicos. Esses dois movimentos demonstram a existência de uma parcela da sociedade que busca novos caminhos e clama por uma forma nova de se relacionar com o alimento. Essas novas demandas valorizam a tradição e os hábitos que os conectam com suas raízes e sua história (PETRINI, 2015; PETRINI 2009; SGARBI & MENASCHE, 2015; MONTANARI, 2013; TRIGUEIRO 2013; POPKIN, 2006). Nessa perspectiva, a globalização e as mudanças nos hábitos de consumo e de produção de alimentos podem ser consideradas ameaças potenciais de perda de tradições, responsáveis por manter as histórias e as culturas regionais.

Moratoya et al (2013) analisam parte do trabalho de Popkin (2006) e apresentam um panorama sobre as transições nos padrões alimentares da população mundial e as características correspondentes. As discussões mostram uma população mundial concentrada nos grandes centros urbanos e com hábitos de consumo influenciados pela

urbanização e pela globalização. Destaca, ainda, que as grandes lojas varejistas de alimentos tomaram o lugar dos mercados tradicionais, de menor porte.

A redução no tempo de preparo dos alimentos da forma tradicional foi uma decorrência tanto do aprofundamento do processo de urbanização quanto do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Por sua vez, a estratégia adotada para lidar com a falta de tempo implicou em aumento do consumo de refeições pré-cozidas, *fast food* e lanches, implicando na absorção de mais energia, açúcares e gorduras pelo organismo.

Moratoya et al (2013) fecham o ciclo contrário aos hábitos alimentares mais saudáveis, ao introduzir no sistema a agroindústria que, visando redução de custos produtivos, eleva o conteúdo energético dos alimentos industrializados, produzidos para suprir as demandas de famílias premidas pelas urgências cotidianas.

Por outro lado, projeções de escassez de alimentos associadas à explosão demográfica desencadearam intensa “industrialização” da agricultura. Meirelles (2008) destacou danos profundos à sociedade, causados pelos seguintes processos adversos: substituição da energia solar por derivados do petróleo; expansão das monoculturas; contaminação das águas, dos solos e dos alimentos; diminuição da diversidade biológica e cultural; e aumento dos custos de produção. Para Porazzi (2012), o avanço do agronegócio trouxe consequências perigosas para os consumidores e para o bom alimento:

Com a mecanização da produção agrícola, a agricultura se tornou uma “indústria” focada na obtenção do lucro, diminuindo a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos. Junto com este modelo agrícola veio o fortalecimento do discurso da indústria química, afirmando que a fome e a desnutrição no mundo desapareceriam com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado pelo emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e pelo uso de máquinas agrícolas (PORAZZI, 2012, p.385).

Essa “indústria” agrícola acaba gerando uma espécie de produto anônimo e sem alma, o oposto do que se entende por um bom produto (DÓRIA, 2009). Provoca a perda do valor do *terroir* e das pequenas produções agrícolas subjugadas pela produção em massa, função das fortes demandas globalizadas. Em consequência, observou-se um rápido avanço na cultura *fast food*, acompanhando um ritmo de vida frenético que não contempla a qualidade ou o sabor dos alimentos e tolda as práticas agroecológicas responsáveis pela manutenção das tradições culinárias regionais e culturais (PETRINI, 2009; FREEDMAN, 2009).

Mas, a cultura alimentar *fast food* não alcança uma influência absoluta. Moratoya et al (2013) mostram a vitalidade de uma parte da sociedade, crescentemente, preocupada com a qualidade dos alimentos ofertados. Proposições éticas e reflexões sobre a melhor forma de se alimentar para evitar grandes riscos à saúde humana, vêm ganhando destaque nas discussões e produzindo novas propostas e práticas no cenário atual. Práticas agroecológicas e produção orgânica de alimentos, bem como inúmeros movimentos e associações ligados aos pequenos agricultores para a valorização do bom alimento, têm agido e se posicionado contra a nova cultura alimentar globalizada (TRIGUEIRO, 2013; PETRINI 2009; SCHROEDER, 2014; ROVER, 2011).

Esse contexto dialético foi a base para o nascimento do Movimento *Slow Food*. Em 1986, o jornalista italiano Carlo Petrini fundou “[...] uma organização eco-gastronômica internacional, sem fins lucrativos, apoiada pelos seus membros, [...] para combater o estilo de vida *Fast Food* e o ritmo de vida acelerado” (FERREIRA, 2009, p. 5). Em 1989, esse Movimento já havia se tornado uma organização internacional, ocasião em que quinze países já haviam assinado o seu Manifesto, redigido pelo sócio fundador Folco Portinari. A seguir, o manifesto encontra-se copiado na íntegra.

O nosso século, que se iniciou e se tem desenvolvido sob a insígnia da civilização industrial, inventou primeiro a máquina e depois fez dela o seu modelo de vida.

Somos escravizados pela rapidez e sucumbimos todos ao mesmo vírus insidioso: Fast Life, que destrói os nossos hábitos, penetra na privacidade dos nossos lares e nos obriga a comer Fast Foods.

Para ser digno desse nome, o Homo Sapiens devia libertar-se da velocidade antes que ela o reduza a uma espécie em vias de extinção.

Um firme empenho na defesa da tranquilidade é a única forma de opor a loucura universal da Fast Life.

Que nos sejam garantidas doses apropriadas de prazer sensual e que o prazer lento e duradouro nos preserve do contágio da multidão que confunde frenesi com eficiência.

A nossa defesa devia começar à mesa com o Slow Food. Redescubramos os sabores e aromas da cozinha regional e eliminemos os efeitos degradantes do Fast Food.

Em nome da produtividade, a Fast Life mudou a nossa forma de ser e ameaça o nosso meio ambiente. Portanto, o Slow Food é, neste momento, a única alternativa verdadeiramente progressiva.

A verdadeira cultura está em desenvolver o gosto em vez de o atrofiar. Que forma melhor para o fazer do que um intercâmbio internacional de experiências, conhecimentos e projectos?

O Slow Food garante um futuro melhor. O Slow Food é uma ideia que necessita de vários apoiantes qualificados que possam contribuir para criar

um movimento internacional, com o pequeno caracol como o seu símbolo (WEINER, 2005, pp. 6-7).

Mais do que um movimento, trata-se de uma filosofia de vida, que elegeu três noções indispensáveis ao alimento, quais sejam: ser bom, limpo e justo. O “bom” diz respeito à qualidade do produto; o “limpo”, ao sentido da não utilização de produtos químicos prejudiciais à saúde; e o “justo”, ao preço de comercialização (PETRINI, 2009). Essas noções são convergentes com os princípios da agroecologia e com o modo de organização da economia solidária, que em seu formato de realização coletivo ajuda na sustentação de conjuntos de produtores associados. Por outro lado, é um movimento contra-hegemônico, pois questiona a lógica do sistema agroalimentar capitalista (OLIVEIRA, 2014).

[...] mais do que um movimento social ou uma nova ideologia alimentar, o *Slow Food* pode ser entendido como uma proposta de um novo estilo de vida que questiona o processo de racionalização e padronização alimentar que busca a produtividade a qualquer custo, principalmente quando ela resulta na perda das tradições culinárias, da naturalidade e do sabor do alimento. Assim, o *Slow Food* nasce voltado, principalmente, para a valorização do prazer hedonista da alimentação, que tinha ficado em segundo plano ou não existia nos tradicionais movimentos sociais de críticas ao sistema agroalimentar (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

A missão declarada do *Slow Food* envolve três grandes eixos de atuação, quais sejam: (1) a “defesa da biodiversidade e da cultura alimentar”; (2) a “educação do gosto”; e (3) a “aproximação dos produtores e consumidores”. Cada um desses eixos conta com estratégias para o alcance dos seus objetivos, refletindo novas alternativas para um futuro mais próspero para o planeta e seus habitantes.

A disseminação de conhecimento e a sustentação do Movimento *Slow Food* é favorecida pela extensão de sua rede de atuação, formada por uma série de redes menores que congregam mais de 100.000 associados, em mais de 1.300 localidades, em 160 países. Nessa rede reside a força e a potencialidade do Movimento, animado pela preservação de uma cultura mais pura, protegida das influências do estilo de vida capitalista (MOVIMENTO SLOW FOOD, 2013b; MOVIMENTO SLOW FOOD, 2014).

Todas essas argumentações sobre a preservação de hábitos tradicionais, seja pela produção artesanal de alimentos, seja pelo consumo consciente ou pela valorização do

produtor e do produto, em contraposição aos costumes globalizados e uma forma rápida e pouco nutritiva de alimentação, contribuem para elevar a importância da agricultura de pequeno porte, seja ela rural ou urbana. Pois a proposta alimentar do Movimento *Slow Food* é convergente com a pequena produção agrícola.

Ele preconiza um retorno ao ritmo da natureza, tanto na produção agrícola quanto na criação de animais e no preparo de alimentos. Há também o resgate da produção local, principalmente da agricultura orgânica e de base “familiar”. Em outras palavras, a agricultura familiar de base “natural” é considerada moralmente superior à agricultura de base industrial e “artificial” (OLIVEIRA, 2013, p. 206).

3 A economia solidária e a rede de colaboração na sustentação da agricultura de pequeno porte

Os pequenos produtores agrícolas e suas interligações – reais e potenciais – em redes de transações atuam tanto na área rural quanto na área urbana, sendo enquadrados ora na agricultura familiar, ora na agricultura urbana. Mas, como a rede é um evento descolado do lugar, esses produtores se encontram em uma mesma rede de economia solidária, a maioria é fiel aos princípios da agroecologia e, em alguns casos, às prescrições da produção orgânica.

Existem diferenças entre a agroecologia e a produção orgânica, essa mais restritiva. Para Rover (2011) e Darolt (2015), a primeira é considerada um processo mais amplo e busca unir e articular questões sociais, ambientais e econômicas, ou seja, alcança diversas esferas situacionais da produção. Já, a produção orgânica está comprometida rigorosamente com processos de plantio sem agrotóxicos e outros componentes químicos de alta solubilidade (EMBRAPA, 2006). A produção orgânica, portanto, supre o mercado constituído por demandas que rejeitam os alimentos sujeitos a elevadas concentrações de químicos.

Por seu lado, a produção agroecológica adapta-se às condições dos locais onde é realizada, absorvendo os aspectos humanos, culturais, as disponibilidades de recursos específicos (terra, adubação natural, saberes, habilidades humanas), as formas de organização da produção, etc. Fraxe, Castro e Santiago (2015), apresentam diversas experiências agroecológicas e demonstram a capacidade de essa forma de produção agrícola reproduzir as características dos locais onde é produzida, privilegiando a diversidade e gerando alimentos cujas qualidades potencializam a saúde, em decorrência de suas

características naturais preservadas. O Quadro 1, a seguir, destaca as diferenças entre a agroecologia e a produção orgânica.

Quadro 1 – Análise comparativa das produções agroecológicas e orgânicas

Aspecto	Agroecologia	Produção Orgânica
Origem	Ganhou destaque na década de 1980, promovida pelos agrônomos Miguel Altieri e Stephen Gliessman (EUA) e Ana Primavesi (Brasil)	Surgiu na década de 1940, com o agrônomo inglês Albert Howard
Princípios	Compreensão holística dos agroecossistemas, rejeição à visão do alimento apenas como produto	Privilégio ao solo como fonte de vida
Objetivos	- Gerar e divulgar conhecimentos sobre metodologias que visam estudar, analisar, desenhar e avaliar sistemas de produção de base ecológica, adaptáveis a cada espaço - Apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas denominações ou correntes	- Melhorar a fertilidade do solo - Mostrar que a saúde do solo se reflete na saúde das plantas e das pessoas
Finalidade	Promover a sustentabilidade ambiental ampla, envolvendo o meio ambiente natural e social	Promover a sustentabilidade ambiental, protegida dos químicos
Método	Observação do espaço onde será implementada a agroecologia e uso de modos de cultivo coerentes com ele e com as pessoas que o habitam	Processo biológico natural, uso da matéria orgânica e policultivo
Aditivos químicos	Combate o uso de aditivos químicos, admitidos em casos onde não seja possível dispensá-los	Contrária à utilização de qualquer aditivo químico

Fonte: adaptado e ampliado de Darolt (2015).

A agroecologia é mais do que um modo de cultivo da terra, é uma ciência que pretende o desenvolvimento rural sustentável, orientado por princípios que acolham as diversidades locais e desvele as complexidades implícitas com vistas na produção de alimentos saudáveis e na conquista da soberania alimentar.

Em Agroecologia não existem pacotes tecnológicos, mas princípios que podem ser adotados de forma articulada, orientados pela introdução de complexidade no redesenho de agroecossistemas, de modo que sua aplicação contribua para mais sustentabilidade. Por fim, é notório que o cumprimento dos objetivos de segurança alimentar e nutricional não serão alcançados pela oferta de alimentos oriundos de uma agricultura agroquímica. Esta é mais uma das razões pela qual a Agroecologia como ciência vem ganhando adeptos e se consolidando como o paradigma para agriculturas mais sustentáveis com a produção de alimentos saudáveis (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 120)

Já, os princípios da agroecologia têm uma amplitude comercial, ambiental, local, cultural, epistemológica e de sustentabilidade, primando pela independência e autonomia. Fundada na “compreensão holística dos agrossistemas”, elege os seguintes critérios:

a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 15)

A agroecologia envolve, ainda, um processo social localmente localizado, pois contempla uma racionalização econômico-produtiva, baseada nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema e na adoção de novas atitudes e valores no manejo e no uso cuidadoso dos recursos naturais. Sua implementação tem caráter interdisciplinar e de valorização da experiência e dos saberes dos agricultores locais, a fim com processos de desenvolvimento rural sustentáveis. (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

É dentro desse sistema produtivo que os produtores agrícolas de pequeno porte realizam suas produções e muitos deles se sustentam, do ponto de vista comercial, por meio das redes de economia solidária. A economia solidária, segundo Singer em entrevista a Oliveira (2008), é um dos pilares da inclusão social e contribui para a reparação dos malefícios causados pela lógica perversa do mercado.

Para refletir o Movimento da Economia Solidária é importante explorar dois conceitos comportamentais básicos e antagônicos, resgatados por Singer (2001), referentes ao ser competitivo e ao ser solidário que habitam os seres humanos. Singer (2001) prevê, teoricamente, o perecimento de uma sociedade com características competitivas levadas ao extremo e recorre à solidariedade como um conceito vital para qualquer sociedade, mesmo que essa seja predominantemente competitiva. Para o autor, o ser competitivo busca o ganho próprio, nas diversas áreas da vida, seja econômica, política, ou até mesmo, lúdica. O ser solidário vive os princípios de cooperação em todas essas áreas.

Laville (2009) apresenta duas perspectivas de solidariedade. A “filantrópica” é exercida de forma generosa e voluntária por cidadãos que cumprem seus deveres com seus pares, numa sociedade totalmente ética. A “democrática” está relacionada aos movimentos sociais e é baseada na ajuda mútua e na autogestão. Essa é a que se adequa, mais apropriadamente, aos conceitos de economia solidária.

A economia solidária é um modo de gestão econômica que se contrapõe à economia capitalista, visando e gerando resultados diferentes dela. Assim, o desenvolvimento solidário tem caráter contra hegemônico (PINHEIRO, 2016; SINGER, 2001). As falhas do sistema econômico capitalista são responsáveis pela exclusão de grande parcela da população, submetida à pobreza e a carências sociais causadoras de tensões e insatisfações. Ao mesmo tempo que demanda do Estado a solução dos dilemas ligados à produção e reprodução ampla da vida dessa parcela da população excluída, o submete à ganância que o preside.

Singer (2001) explica que essa parcela excluída da sociedade não goza dos direitos básicos e vitais que lhe proporcione tranquilidade e confiança no futuro. Essas pessoas têm em seu comportamento cotidiano o hábito de compartilhar para suprir necessidades diversas, pois dependem reciprocamente desses gestos para melhorar sua qualidade de vida.

As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista, nem sempre ela é motivada por avaliações realistas como a referida acima. Entre os pobres, a cultura da solidariedade se desenvolve “naturalmente” (SINGER, 2001, p. 105).

Alguns teóricos da economia solidária atribuem o seu surgimento a vários fatores, entre eles os seguintes: (1) limitações do poder público; (2) reação da população à crise econômica refletida no desemprego, que ampliou o “exército de reserva” a taxas insuportáveis; (3) falhas da economia de mercado refletida em eventos autônomos (ARCOVERDE, SOUZA & FRAGOSO; 2006, GAIGER; 2003, SINGER, 2001).

“A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos” (SINGER, 2001, p. 106). Apesar de existirem algumas diferenças nas definições de economia solidária, alguns estudiosos, como Gaiger (2003) e Singer (2001), reconhecem ali a presença da

autogestão, ou seja, os negócios são geridos pelos próprios trabalhadores de forma democrática, existindo ainda cooperação, participação igualitária e sentido de coletividade.

Alves e Bursztyn (2009) definem a economia solidária como “conjunto de iniciativas socioeconômicas de natureza associativa ou cooperativa, dentro de um dado contexto territorial, envolvendo certo número de habitantes que se empenham em resolver problemas públicos concretos” (ALVES e BURSZTYN, 2009, p. 593). A solidariedade é a base dessa economia e “ajuda mútua” e “autogestão” são conceitos presentes na economia solidária.

Ribeiro e Müylder (2014), além de cooperação e autogestão, destacam também o mutualismo como característica da economia solidária, explicado pela associação de pessoas que se aceitam dependentes entre si e, portanto, se ajudam, criando um sistema de colaborações que gera benefícios para todos. Simon (2013) e Mance (2009) comungam desses pensamentos, ao discursarem sobre as principais características dos sistemas de redes colaborativas solidárias, ou seja, a economia solidária e os sistemas de redes acabam por se fundirem em suas origens, complementando-se. Borinelli et al (2010) incluem a democracia participativa na definição de economia solidária.

[...] sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (BORINELLI et al, 2010, p. 1).

Pinheiro (2016), Ramos (2013) e França Filho e Cunha (2009) agregam a pluralidade ao conceito de economia solidária, dado seu caráter espontâneo, sendo reconhecido em diversos tipos de atividades econômicas voltadas para a geração de trabalho e renda. Os empreendimentos podem se apresentar sob a forma de cooperativas, associações ou até mesmo grupos não formalizados. Esses empreendimentos trazem consigo, ainda, outras características que os distinguem da atividade capitalista hegemônica, além da gestão coletiva, ou seja, a propriedade comum dos meios de produção e a ausência de hierarquia nas relações de produção. Seus atributos a posicionam em oposição ao sistema econômico mercantil (GAIGER, 2015; OLIVEIRA, 2008; RAMOS, 2013; PINHEIRO 2016). O Quadro 2, a seguir, destaca os principais aspectos que diferem a economia solidária da capitalista.

Quadro 2 – Principais diferenças entre as economias solidária e capitalista

Aspectos	Economia Solidária	Economia Capitalista
Objetivo	Bem estar humano	Lucro
Lógica	Processo	Resultado/produto
Organização	Autogestão e gestão democrática	Heterogestão
Mentalidade	Coletiva	Individual
Relações	Democráticas	Autocráticas
Educação	Cooperação e solidariedade	Competição e concorrência
Desenvolvimento	Sustentável	Predatório
Impacto social	Inclusão social	Exclusão social

Fonte: Adaptado e ampliado de Bertucci e Silva (2003)

Singer (2001), Arcoverde, Souza e Fragoso (2006), Borinelli et al (2010) e Cattani et al (2009) sugerem como um dos objetivos da economia solidária tornar os atores sociais excluídos ou marginalizados capazes de se autossustentarem e atuarem de forma mais proativa, protagonizando os processos que os cercam, em nível local. Assim, esses personagens estariam aptos a solucionar seus problemas, emancipando-se, no sentido econômico, seguindo um modelo mais democrático e participativo, numa perspectiva de organização horizontal ao invés de vertical.

Segundo Perissé (2012), a palavra de origem latina emancipar é composta pelo prefixo *ex* (saída ou retirada), pelo substantivo *manus* (mão, poder) e pelo verbo *capere* (agarrar, pegar), significando retirar o poder que prende. Portanto, emancipar tem o sentido de libertação, de não dependência e, ainda, de autonomização. Emancipação social, por sua vez, é um processo de libertação de comunidades ou de grupos sociais da dependência ou da dominação, em diversas esferas, tais como, a econômica, a social ou a cultural.

No caso da economia solidária, existe, uma constante tensão entre os integrantes de seus grupos, dadas as relações dialéticas presentes num sistema gerencial horizontalizado. Essa tensão gera conflitos, que, também, caracterizam esse sistema. Soluções organizativas democráticas demandam o aprendizado da convivência construtiva, em presença do conflito. Esse é a grande inovação social: gerir a organização coletiva, preservando relações construtivas, em detrimento do exclusivo ganho financeiro (PINHEIRO, 2016).

Confirmam a sua inserção no universo das inovações sociais, além do surgimento espontâneo da economia solidária da base da sociedade, a contribuição para a coesão social, a autonomização dos atores envolvidos, o envolvimento coletivo em prol de objetivos em comum, interferindo e modificando as realidades comunitárias, em favor do

desenvolvimento local. Esses atributos alimentam um sistema complexo no qual os sentimentos de solidariedade e democracia predominam (ROVER, 2011; MAURER, 2011).

Muitos autores atribuem a sustentabilidade da economia solidária à sua organização em sistemas de rede (ROVER, 2011; BONI & VIEIRA, 2015; PINHEIRO, 2016; GAIGER, 2015; SIMON, 2013; FRANÇA FILHO & CUNHA, 2009). De fato, a sobrevivência dos seus empreendimentos é viabilizada pela rede, que proporciona solução para os problemas comuns de produção, ou para a capacitação de seus membros, ou para a comercialização.

A rede de economia solidária é “uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas à constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos” (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009, p. 728). Já, a noção de “redes de colaboração solidária” advém da teoria da complexidade e está ligada à reflexão das práticas dos atores sociais envolvidos em processos (MANCE, 2009).

Mance (2009) aborda as transformações de cada indivíduo, participante da rede, em função das suas relações com os demais e, ainda, das complexidades e saberes nelas circulantes. Dessa maneira, o autor estabelece a conexão entre o sistema de rede colaborativa e a teoria da complexidade, identificando um processo de integração de diversidades na rede. Toda a rede e suas complexas ligações dependem da ação de cada ator participante e de suas relações de acolhimento e colaboração com os demais envolvidos para gerar bons resultados.

[...] enfatiza relações entre diversidades que se integram, os fluxos de elementos circulantes nessas relações, os laços que potencializam a sinergia coletiva, o movimento de autopoiese, em que cada elemento concorre para a reprodução dos outros, a potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com os demais e a transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede (MANCE, 2009, p. 278).

A *autopoiese* parte importante desse processo, resulta da presença da autogestão na rede, coincidente com uma das características da economia solidária. A autogestão refere-se a um projeto de organização democrática onde os atores, voluntariamente, debatem e decidem os assuntos importantes em assembleias. Em redes digitais abertas, as assembleias são automáticas e as interações permanentes. Uma das finalidades dos sistemas colaborativos em rede é “avançar rumo à construção de uma globalização solidária” (MANCE, 2009, p. 279), quiçá tornando essa economia autossustentável.

As redes impactam na sustentação dos pequenos produtores e percebe-se isso ao associar suas fundamentações com as bases da economia solidária e do Movimento *Slow Food*. Segundo Ramos (2013), para haver sustentabilidade deve-se buscar o desenvolvimento solidário em seus três pilares: econômico, sociocultural e ambiental.

Podemos qualificar de sustentável todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que a economia terá que ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão (RAMOS, 2013, p. 315).

Diante dos diferentes contextos em que funciona a economia solidária e suas redes, resistentes aos métodos da economia capitalista, fica evidente que a fusão entre os princípios lança outras perspectivas sobre o cenário social, com caráter inovador e transformador de realidades. No caso da associação da economia solidaria e a pequena agricultura rural ou urbana é possível estabelecer uma relação intrínseca com as perspectivas afins com a soberania alimentar e o desenvolvimento local.

4 Contextos e conexões: redes de movimentos convergentes com a gestão social e seus benefícios

As reflexões que se seguem tratam das conexões existentes entre a soberania alimentar, os movimentos já discutidos, como a economia solidária e o *Slow Food* e o sistema de rede. Visam seus princípios, o caráter implícito da gestão social e o desenvolvimento local.

O conceito soberania alimentar foi empregado pela primeira vez pelo movimento internacional Via Campesina. É entendido como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (MEIRELLES, 2008, p. 1).

Esse movimento teve início em uma reunião entre líderes de movimentos camponeses de várias regiões do mundo, no II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Granaderos (UNAG), em Manágua (Nicarágua), em 1992. Cerca de um ano após esse encontro, aconteceu a primeira reunião oficial do movimento Via Campesina, na Bélgica, para estruturar seus pilares e as estratégias para alcance de seus objetivos (RIBEIRO, 2015),

sendo o principal unir organizações camponesas em todo o mundo, em resistência ao neoliberalismo e à chamada globalização econômica (SCHROEDER, 2014).

Suas ações, ligadas à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), são baseadas no diálogo entre a ampla rede que o compõe e se opõem à ideologia que sustenta a Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de buscar a segurança e a soberania alimentar, tendo como um dos focos a eliminação da fome, por meio da boa utilização dos excedentes da produção agrícola mundial, visa a redução da desigualdade econômica e prioriza as questões ambientais ligadas à alimentação e à igualdade de gêneros (SCHROEDER, 2014).

Questões de soberania alimentar têm sido abordadas em diversos movimentos e debates ao redor do mundo e pontos como a justiça na distribuição de terras, melhores condições de comercialização da produção agrícola camponesa e o aumento de oferta de alimentos frescos e saudáveis para a população urbana são constantes e, cada vez mais, atraem a atenção da sociedade civil organizada (COCA, 2016).

Ao que parece, existe uma convergência entre o sistema de rede formado pelos movimentos sociais – dentre eles, o movimento Via Campesina –, os princípios da economia solidária, e a filosofia do Movimento *Slow Food*, na busca de igualdade e de fortalecimento das classes produtoras agrícolas, atuando de forma democrática e objetivando o bem comum, a sustentabilidade, o equilíbrio e a justiça. É preciso destacar que, tanto a economia solidária, quanto as redes de movimentos contra hegemônicos são espaços de atuação da gestão social como meio de organizar o trabalho. França Filho e Santana Junior (2007) e Silva (2017) definem a gestão social em contraposição a outros tipos de gestão.

[...] a Gestão Social se diferencia tanto da Gestão Privada quanto da Pública, pois a primeira atua essencialmente na lógica mercantil, visando o lucro, e a segunda atua nas instituições públicas, operacionalizando a gestão de forma instrumental e técnica. A gestão social [...] compreende o universo de práticas organizativas voltadas, prioritariamente, para o atendimento de demandas socialmente definidas pelas populações em seus territórios, enfatizando as dimensões social, política, cultural e ambiental, para além do aspecto econômico. (SILVA, 2017, p. 83)

Silva (2017) mostra uma íntima ligação entre a gestão social e resultados de desenvolvimento local, sendo esse uma de suas finalidades. Dessa forma, a economia solidária, através de suas redes e seus princípios, ao promover coesão e transformação social

e incentivar a participação democrática, ao nível local, gera possibilidades de desenvolvimento endógeno, ao tornar os atores, envolvidos nesse processo, autônomos e ao modificar suas relações sociais e com o seu território (RAMOS, 2013; SILVA, 2017). Desenvolvimento local é um...

[...] processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”. (AMARO, 2009, p. 108, apud CATTANI, 2009)

Para Marteleto e Silva (2004), as redes de colaboração social e as redes sociais bem estruturadas têm a capacidade de impactar diretamente no desenvolvimento local desde que atuem no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais. O desenvolvimento social derivaria, então, do somatório de diversas ações em diferentes esferas, segundo os princípios da solidariedade e da cooperação.

A busca pela harmonia entre natureza e homem, coerentemente com as prescrições agroecológicas, está nesse contexto, onde se nota grande preocupação com as discrepantes situações provocadas pelo agronegócio e pela agroindústria de grande porte.

Ambos os movimentos – *Slow Food* e soberania alimentar – pretendem a conexão profunda entre produtores e consumidores, no mercado, já que são contrários ao sistema alimentar dominante, que promove o distanciamento entre esses dois atores sociais, potencializando a perda da identidade cultural (DÓRIA, 2009; FERREIRA, 2009; PETRINI, 2015; MEIRELLES, 2008; PORAZZI, 2012; RIBEIRO, 2015).

Acredita-se que movimentos contra hegemônicos que contemplam a saúde, segurança e soberania alimentar, como os Via Campesina e *Slow Food*, buscam a preservação das culturas e tradições alimentares, a liberdade de escolha, a igualdade e qualidade na alimentação e sobretudo a valorização dos produtores. Esses movimentos são convergentes com as prioridades da economia solidária, no setor da pequena agricultura.

5 Considerações finais

A gestão social, intrínseca ao sistema de economia solidária, se mostra como um eixo na sua sustentação quando se pensa em progressões e avanços sociais, consequência dos

impactos desse tipo de gestão. O envolvimento de grupos afins e a mobilização de cada ator pertencente a processos como esse proporcionam aprendizado gestor e resgatam a autoestima dos participantes, gerando desenvolvimento local.

As discussões, postas ao longo desse artigo, demonstraram a interligação entre os conceitos fundadores dos movimentos sociais contra hegemônicos analisados, que se complementam de forma natural, demonstrando amplo potencial de colaborar para a sustentabilidade dos pequenos produtores agrícolas, de modo a preservá-los e protegê-los do agronegócio e a oferecer opções alimentares soberanas para a sociedade. Os dois movimentos alimentares focalizados nesse estudo – *Slow Food* e soberania alimentar – coadunam-se, de forma positiva, com alguns preceitos da economia solidária. Essa, por si só, quase que depende de múltiplos atores sociais para se organizar, se manter e evoluir e, nesse sentido, vai ao encontro do sistema de redes.

As redes colaborativas usam diversos recursos para conseguir subsídios em prol de sua melhoria e do avanço dos participantes. Objetivam o progredir autônomo, privilegiando seus componentes. Para isso as trocas de informações entre os diversos atores de diferentes locais envolvidos na rede são de grande valia. A forma de gestão nesse cenário talvez seja um ponto importante a ser observado, no qual processos que se dão de maneira horizontal têm maior chance de êxito. É nesse momento que o ciclo se fecha novamente com a gestão social, presente em todo o seu desenvolvimento.

No entanto, como discutido à luz dos estudiosos aqui referenciados, existem diversos exemplos de que a alternativa da economia solidária, através da gestão social nela presente, é uma prática viável e possível de gerar bons resultados, tanto sociais quanto econômicos.

A Secretaria do Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), em 2017, fez um balanço de uma feira de economia solidária em Minas Gerais e concluiu que a organização gerou quase seiscentos mil reais de renda para seus membros em apenas 12 encontros. Esse é um resultado palpável das ações desse tipo de organização, ao menos no que tange às conquistas econômicas diretas. Por outro lado, existem ganhos intangíveis, que se realizam nos relacionamentos, contatos e nas oportunidades proporcionados pela ampliação do cenário de atuação proporcionado pelas redes de economia solidária.

Por fim, é preciso reconhecer as possibilidades de modificações de pequenas realidades e os impactos no desenvolvimento local, por meio da transformação dos atores sociais em protagonistas, dando-lhe voz e a chance de participar de forma efetiva nos rumos

de seus projetos, incentivando a pequena produção e a produção artesanal, contribuindo com uma produção de alta qualidade e gerando renda e novas possibilidades para os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel. Raízes e prática de economia solidária articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, n. 3, jul./set., 2009.

CATTANI, Antônio David et al. **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; SOUZA, Izabel Leite de; FRAGOSO, Natacha de Meio. Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. **Revista da Abet**. v. 6, n. 2, jul./dez. 2006.

BERTUCCI, Ademar Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BONI, Idalina Maria; VIEIRA, Rafaela. Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 635-375, jul./dez. 2015.

BORINELLI, Benilson et al. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CATTANI, Antônio David et al. (Org.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista Nera**, n. 32, 2016.

DAROLT, Moacir. **Guia do produtor orgânico: como produzir alimentos de forma ecológica**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura/Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Centro de Inteligência em Orgânicos, 2015.

DÓRIA, Carlos Alberto. **A culinária materialista: a construção racional do alimento e do prazer gastronômico**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FERREIRA, Ana Rita Alves Cruz. **O Movimento Slow Food**. Monografia (Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, Porto, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; CUNHA, Eduardo Vivian. Incubação de redes locais de economia solidária: lições de aprendizado a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA. **O&S**, v.16, n.51, p. 725-747, out./dez., 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SANTANA JUNIOR, G. **Economia solidária e desenvolvimento local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia**. Salvador. 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 21 Jan. 2018.

FRAXE, CASTRO e SANTIAGO. **Agroecologia em Sociedades Amazônicas**. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

FREEDMAN, Paul. **A história do sabor**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **Caderno CRH**, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATTANI, Antônio David et al. (Org.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antônio David et al. (Org.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes de capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, v. 33, n. 3, 2004.

MAURER, Ângela Maria. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho**. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar. **Boletim Informativo**, v. 01, 2008.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

MORATOYA, Elsie Estela et al. Mudanças no padrão alimentar no Brasil e no Mundo. **Revista da Política Agrícola**. n. 1. jan/fev./mar., 2013.

MOVIMENTO SLOW FOOD. **Bem-vindos ao nosso mundo**: o manual. 2013a. Disponível em: <www.slowfoodbrasil.com/slowfood/manual-do-slow-food>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MOVIMENTO SLOW FOOD. **Almanaque Slow Food 2013**. 2013b. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/documentos/almanaque-slowfood2013.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MOVIMENTO SLOW FOOD. **Almanaque Slow Food 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.slowfood.com/Almanacco/2014/POR/mobile/index.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

OLIVEIRA, Daniel Coelho de. **Comida, carisma e prazer**: um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Daniel Coelho de. O *slow food* e uma nova cultura alimentar. **Soc. e Cult.**, v. 16, n. 1, p. 205-207, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Economia solidária. **Estudos avançados**. v. 22, n. 62, p. 289-314, apr., 2008.

PERISSÉ, G. Palavras e origens (2ª ed.). São Paulo: Saraiva, 2010.

PETRINI, Carlo. **Comida e liberdade**: Slow Food – histórias da gastronomia para a libertação. São Paulo: Editora Senac, 2015.

PETRINI, Carlo. **Slow Food**: princípios da nova gastronomia. São Paulo: Editora Senac, 2009.

PINHEIRO, Daniel Calbino. O estado da arte da produção científica em Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 95-103, abr./jun., 2016.

POPKN, B. M. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 84, n. 2, p. 289-298, 2006.

PORAZZI, Fabiele. Slow Food: por um alimento bom, limpo e justo. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 384-388, Jan./Jul. 2012.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. **The Overarching Issues of the European Space**. Ed. Faculdade Letras Universidade do Porto. p. 313-342, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. Os territórios, a via campesina no Brasil e o conceito de movimento socioterritorial. **Boletim DATALUTA**, fev., 2015.

RIBEIRO, Sérgio Dias; MÜYLLER, Cristiana Fernandes De. Economia solidária: em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Revista O&S**, v. 71, 2014.

ROVER, José Oscar. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, jan/abr 2011.

SCHROEDER, Allan Müller. Via Campesina Internacional: uma história da luta transnacional em rede dos movimentos sociais camponeses. **2º Seminário Nacional De Planejamento e Desenvolvimento**. Setembro, 2014.

SGARBI, Jaqueline Santos; MENASCHE, Renata. Valorização de produtos alimentares tradicionais: os usos das indicações geográficas no contexto brasileiros. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, n. 75, p. 11-31, 2015.

SILVA, Adriano Vilhena Lis e. **Economia solidária e articulação em rede: requisitos da sustentabilidade dos pequenos produtores agrícolas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário Uma. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Melissa Zonzon. **Economia solidária da cultura: estratégias de gestão para a sustentabilidade de grupos culturais**. Dissertação (Mestrado). Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SIMON, Vanêssa P. Redes de movimentos sociais e economia solidária: uma interação promissora. **III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, SC, Brasil, março, 2013.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez., 2001.

TRIGUEIRO, Aline. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v.10, n.1, p. 237-260, jan./jun., 2013.

WEINER, Sarah. **O Manual do Slow Food**. 2005. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/documentos/manual-do-slowfood-2013.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.